



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Serviço de Controle Predial

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Processo: SEI-070002/008748/2025
- Responsável pela demanda:
 1. Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira
 2. ID funcional: 5127637-2
 3. Telefone: (21)99474-9531
 4. E-mail: gabrielsampaio@inea.rj.gov.br

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa da necessidade

Em conformidade com as Portarias COMLURB nº 007 e 008 de 2024, bem como as normas técnicas correlatas, esclarece-se que a COMLURB não realiza a coleta de resíduos inertes, cabendo exclusivamente à contratante a contratação de prestadores de serviço credenciados e devidamente habilitados para tal finalidade.

Dessa forma, o serviço em questão é enquadrado como serviço contínuo, tendo em vista a necessidade regular e recorrente de retirada e destinação adequada dos resíduos gerados.

Ressalta-se ainda que, conforme previsto nas exigências legais e regulatórias, os veículos utilizados na operação deverão estar equipados com:

- Rastreadores integrados ao sistema de fiscalização da COMLURB;
- Dispositivos anti-vazamento, que impeçam qualquer tipo de contaminação durante o transporte;
- Protocolos de segurança para o manejo de materiais biológicos, quando aplicável.

Tais requisitos visam garantir total conformidade com os preceitos legais, ambientais e sanitários, assegurando a não geração de poluição ou riscos à saúde pública.

Por fim, a destinação final dos resíduos deverá ocorrer exclusivamente em locais devidamente autorizados, com licenciamento ambiental vigente e adequado, conforme determina a legislação ambiental aplicável.

1.2 Resultados pretendidos

1.2.1 Eficiência na coleta e destinação correta dos resíduos:

- Garantir que o lixo seja recolhido de forma regular e pontual;
- Evitar acúmulo de resíduos que possam comprometer a higiene e a imagem da empresa.

1.2.2 Conformidade com normas ambientais e sanitárias:

- Assegurar o cumprimento da legislação vigente (municipal, estadual e federal) sobre manejo de resíduos;
- Obter eventuais licenças e documentos exigidos pelos órgãos ambientais.

1.2.3 Classificação e separação adequada dos resíduos (coleta seletiva):

- Implementar práticas de separação entre resíduos recicláveis, orgânicos e perigosos, se aplicável;
- Contribuir para a sustentabilidade e responsabilidade ambiental da empresa.

1.2.4 Redução de riscos à saúde e à segurança dos colaboradores:

- Minimizar riscos biológicos, químicos ou físicos ligados ao manuseio incorreto de resíduos;
- Manter um ambiente de trabalho mais limpo e saudável.

1.2.5 Melhoria da imagem institucional:

- Demonstrar compromisso da empresa com a responsabilidade socioambiental;
- Aumentar a reputação junto a clientes, parceiros e comunidade.

1.2.6 Custos previsíveis e melhor gestão de recursos:

- Controlar melhor os custos operacionais com um contrato fixo ou sob demanda.
- Evitar despesas com penalidades por descarte inadequado.

1.2.7 Relatórios e rastreabilidade da destinação dos resíduos:

- Ter acesso a relatórios de volume, tipo de resíduo coletado e destino final;
- Facilitar auditorias ambientais e prestação de contas.

1.3. Solicitação e área requisitante

1.3.1 Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

1.3.2 Unidade/Setor/Departamento: SERVCOP - Serviço de Controle Predial

2. VINCULAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PCA)

Número:	Data prevista:	ID SIGA:
243200/2025/00100	30/12/2025	165114

3. ANÁLISE DO CENÁRIO**3.1 Avaliação comparativa (Benchmarking)****3.1.1 Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade**

- SEI-070002/005717/2020 - Contrato INEA nº 02/2021, publicado em 17/02/2021.

3.1.2 Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades

- Processo Administrativo nº CTC-PRO-2025/00835 - Empresa MOBI-RIO.

- ID contratação PNCP: 34023077000107-1-000008/2025 - UFRJ.

- ID contratação PNCP: 42498600000171-1-001726/2025 - Estado do Rio de Janeiro.

3.2 Enquadramento legal

3.2.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

3.3 Estimativas da quantidades do INEA

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
165114	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE CREDENCIADA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS CLASSE II, COM COMODATO DE CACAMBAS DE 1,2 M³.	SERVIÇO	1

3.4 Audiência pública

3.4.1 Não se aplica.

3.5 Estimativa de Valor

3.5.1 A estimativa preliminar é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para 60 meses.

3.5.2 O valor tem como parâmetro o contrato INEA nº 02/2021, do mesmo objeto, usando como base uma estimativa e média das últimas medições (mensais).

3.6 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

3.6.1 Orienta-se que a licitação seja realizada por item, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por item permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

3.6.2 Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por item é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispendo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

3.7 Levantamento de mercado**CENÁRIO 1 – contratação de pessoa jurídica especializada**

Esse cenário consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para a condução do pretendido serviço de coleta de lixo.

Primeiramente, como pontos positivos, há de se destacar a celeridade para o início da prestação do serviço, haja visto que não haveria a necessidade de instauração de processos de contratação prolongados - tal qual um processo seletivo - e a realização de capacitações. Para além disso, há de se considerar a economicidade oriunda da mitigação de despesas relacionados à aquisição ou aluguel de equipamentos necessários, remunerações, meios para mobilidade da equipe e dentre outras despesas.

Como pontos de atenção, estão os riscos associados à possibilidade de interrupção da prestação de serviços por parte da contratada em virtude de questões financeiras ou escassez de recurso orçamentário, maior custo global ou prestação de serviço precário em desconformidade com o Termo de Referência. Entretanto, tais riscos podem e devem ser minimizados por meio de uma gestão e fiscalização contratual eficiente.

Este cenário proporciona a contratação de empresas experientes no mercado, com profissionais qualificados para exercerem as funções descritas neste ETP, garantindo ampla concorrência, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

CENÁRIO 2 – Execução direta com recursos próprios do Inea

Este cenário consiste na realização das ações formativas por meio de execução direta, onde o Inea utiliza seus próprios recursos humanos.

Para esta hipótese, o estudo baseou-se em preencher as funções requeridas, por meio da alocação de profissionais que já compõem o quadro do Inea.

Esta proposta tem como ponto positivo que o serviço seja desempenhado de forma contínua com profissionais mais experientes ao longo do tempo, ao fim da curva de aprendizado característica da função.

Considerando que o Inea possui carência de profissionais com experiência na coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânico e reciclável, entende-se que esse cenário se torna inviável sem a promoção de um novo processo seletivo.

CENÁRIO 3 – adesão à ata

Após pesquisa por atas de registro de preços para o objeto pretendido, nenhum resultado foi encontrado.

Conclusão do Benchmarking:

Considerando que esta Autarquia não dispõe dos profissionais com a experiência necessária, não podendo desviar funções e/ou atribuições de seus servidores que exerçam outras atividades para suprir a carência dos profissionais necessários para execução do escopo proposto neste Estudo;

Considera-se que o cenário 1 - contratação de pessoa jurídica especializada - como a melhor alternativa para atender à demanda de (objeto);

Considerando que não foram encontrados nenhuma ata de registro de preços vigente para o objeto em questão;

A justificativa desta escolha – CENÁRIO 1 - e da não adesão aos demais cenários considerados baseia-se na análise do cenário (Item 4 do ETP), onde entende-se que o Inea não tem disponível em seu quadro de pessoal as expertises das funções demandadas e que não pode, por questões legais, desviar de função seus servidores para suprir a carência desses profissionais.

Desta forma, entende-se que a contratação de pessoa jurídica por meio de licitação promove o interesse público com maior eficácia, economicidade e segurança técnica e jurídica.

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 DEFINIÇÃO

ID SIGA 165114 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE CREDENCIADA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS CLASSE II, COM COMODATO DE CACAMBAS DE 1,2 M³.

4.2 DOS SERVIÇOS: SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE II, ORGÂNICO E RECICLÁVEL

4.2.1 Os serviços serão executados pela CONTRATADA, conforme padronização determinada pela COMLURB e dessa forma classificados como: “Resíduos Sólidos Extraordinários e Resíduos Recicláveis, classe II;

4.2.2 A execução deverá prosseguir conforme o PLANO DE COLETA do INEA, estabelecido em conformidade às diretrizes e autorizações de descarte ajustados com a COMLURB, que serão de responsabilidade técnica, legal e operacional da CONTRATADA;

4.2.3 Caberá à ACONTRATADA a total responsabilidade pela mão de obra utilizada necessária à plena execução dos serviços relacionados, não havendo nenhuma vinculação exclusiva ao INEA;

4.2.4 A coleta do lixo extraordinário (grupo D) será realizada 03 (três) vezes por semana, em dias alternados e deve ser realizada em horário compatível com a legislação municipal, de acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET Rio ou outro órgão municipal e de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;

4.2.5 A coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis secos urbanos será realizada 01 (uma) vez por semana, mediante alcance do volume mínimo necessário.

4.2.6 Os resíduos serão acondicionados em dois containers, especificamente destinados a sua acomodação, que totalizarão uma capacidade mínima para conter volume de resíduos sólidos:

- Para o lixo extraordinário, estima-se 30m³ mensais, que equivalem a uma capacidade mínima total de 30.000 L, ou aproximadamente 27 containers de 1.100 L.
- Para os resíduos sólidos recicláveis secos, estima-se 5m³ mensais, que equivalem a uma capacidade mínima total de 5.000 L, ou aproximadamente 4 containers de 1.100 L.

- Os containers serão fornecidos pelo contratante em perfeitas condições, e deverão ser preservados de tal forma, visando o bom andamento do serviço de coleta.

4.2.7 O lixo a ser colocado no container dedicado ao lixo extraordinário será originário da varrição dos escritórios, pátios, jardins, bem como resíduos alimentares, ficando expressamente proibido jogar qualquer outro tipo de resíduos que não se enquadre no grupo D (lixo extraordinário);

4.2.8 Os resíduos recicláveis a serem colocados no container dedicado ao mesmo, serão originários de plástico, folhas de papel, papelão, metal e vidro. E deverão estar limpos (secos) e bem embalados, provendo adequado manejo, ficando expressamente proibido jogar qualquer outro tipo de resíduo;

4.2.9 O aterro e as cooperativas/associações que serão responsáveis pela manipulação e destinação dos resíduos (extraordinário e/ou reciclável), deverão ser licenciados pelo competente órgão ambiental;

4.2.10 Os serviços prestados serão remunerados de acordo com o volume coletado mensalmente, estando inclusos, no valor unitário, todo e qualquer custo envolvido no processo: coleta, transporte e adequada disposição final.

4.3. SERVIÇOS COMPREENDIDOS E OUTRAS PARTICULARIDADES

a) **Local do recolhimento:** O recolhimento dos resíduos deverá ser realizado na sede do INEA, sito à Avenida Venezuela, 110 - Saúde/RJ;

b) **Periodicidade:** item 4.2.4 e item 4.2.5. Posteriormente, após celebração do contrato, será alinhado os dias em específico da semana juntamente à FISCALIZAÇÃO;

c) **Equipamentos necessários:** A empresa contratada deverá recolher os materiais com veículo apropriado, podendo ser um veículo com carroceria metálica e fechada e/ou um veículo que possua equipamentos como poliguindaste, que prenda uma caçamba aberta para armazenar os materiais, caso haja necessidade.

Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.

d) **Uniformes e EPIS:** Todos os profissionais alocados na prestação dos serviços descritos deverão atuar uniformizados e adequadamente identificados desde o 1º dia.

Todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI – deverão ser previamente avaliados e homologados para utilização pelo setor de SEGURANÇA DO TRABALHO da CONTRATANTE e assim serem disponibilizados em qualidade e quantidade previamente aprovados por aquele setor, bem como aprovados pelo setor de credenciamento da COMLURB.

5. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Forma e critérios de seleção do fornecedor

5.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 14.133/2021.

5.1.1.2 A Lei 14.133/2021 estabelece duas modalidades principais: disputa aberta e disputa fechada, onde será aderido o modo de DISPUTA ABERTO.

5.2 Forma de execução

5.2.1 Os pagamentos serão feitos de forma **MENSAL** e a Nota Fiscal emitida será de serviço.

5.2.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

5.2.3 O pagamento será considerado pelo volume, em sacos de 100L e 200L acomodados dentro dos contenedores de 1.100L, incluindo todos os custos envolvidos na prestação dos serviços. O pagamento será mensal de acordo com a quantidade total coletada em litros no mês, conforme demonstrado no ANEXO I (114938707), considerando os dias de disponibilização dos contenedores por local da prestação dos serviços.

5.2.4 O prazo do contrato a ser celebrado será de 60 (sessenta) meses.

6 - INSTITUCIONAL E LEGAL

6.1 A contratada será responsável pela observância das leis, decretos e regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

Deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais pertinentes à contratação pública e ao objeto contratado;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE.

7. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

7.1 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica.

7.2 Capacitação de pessoal

Não se aplica.

7.3 Proposta de cronograma de atividade e seus responsáveis

Não se aplica.

7.4 Servidores que participarão da fiscalização do contrato a ser celebrado

NOME: Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira CARGO: Chefe de Serviço SETOR: SERVCOP ID.: 5127637-2	NOME: Viviane Santos CARGO: Gerente SETOR: GERADL ID: 4142714-9
--	--

8. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

8.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE, RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.1 Tendo em vista o princípio constitucional da promoção do desenvolvimento sustentável, deve-se prever critérios de sustentabilidade sempre que forem possíveis.

10.2 AMBIENTAL: Prioriza a proteção do meio ambiente, reduzindo o impacto das atividades humanas na natureza. Exemplos incluem o uso de recursos naturais de forma consciente, a redução de resíduos, a reutilização de materiais e a eficiência energética

10.3 SOCIAL: Busca a justiça social, garantindo o bem-estar das pessoas e a inclusão de todos na sociedade. Exemplos incluem a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos humanos, o combate à pobreza e a promoção da saúde

10.4 ECONÔMICO: Visa a geração de riqueza de forma sustentável, garantindo a viabilidade financeira das atividades e a redução de desigualdades. Exemplos incluem a promoção de empregos, o estímulo ao desenvolvimento econômico local, a inovação e a busca por soluções econômicas que beneficiem a sociedade.

11. SOLUÇÃO

11.1 Definição sucinta do objeto:

11.1.1 Contratação de empresa especializada e devidamente credenciada para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos classe II, com comodato de caçambas de 1,2 m³.

11.2 Pagamento

11.2.1 O pagamento será considerado pelo volume, em sacos de 100L e 200L acomodados dentro dos contenedores de 1.100L, incluindo todos os custos envolvidos na prestação dos serviços. O pagamento será mensal de acordo com a quantidade total coletada em litros no mês, conforme demonstrado no ANEXO I (114938707), considerando os dias de disponibilização dos contenedores por local da prestação dos serviços.

11.2.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

12.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

Art. 7º - O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento obrigatório, constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, e que evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, servindo de base à elaboração do Anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Básico, de modo a permitir a avaliação pela autoridade competente acerca da viabilidade técnica e econômica da contratação, compreendendo os seguintes elementos mínimos:

II - relato descritivo acerca das contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, em especial, nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, quando cabível;

III - demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA do órgão ou entidade, quando cabível;

V - estimativa preliminar do valor da contratação a fim de permitir uma análise comparativa quanto à viabilidade econômica do tipo de solução a contratar pela autoridade competente, obtida a partir da utilização de um dos critérios previstos nos incisos I e II do Art. 29 deste Decreto, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

VIII - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira
Chefe de Serviço de Controle Predial
SERVCOP
5127637-2
Resp. pela demanda

e

Viviane Santos
Gerente de Administração e Logística
ID: 4142714-9

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 01/10/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane da Silva Santos, Gerente**, em 02/10/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **110039430** e o código CRC **A046AD2D**.

Referência: Processo nº SEI-070002/017941/2025

SEI nº 110039430

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: